



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

Ata da **Audiência Pública**, realizada nas dependências da Câmara Municipal, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, com início às dezenove horas e vinte minutos, com a finalidade de debater acerca do **Projeto de Lei nº 1962/2018**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que em súmula “Dispõe sobre a Revisão/Atualização da Planta Genérica de Valores do Município de Alta Floresta-MT para o exercício de 2019 e seguintes, e dá outras providências”, sob a direção do Presidente desta Casa, Vereador Emerson Sais Machado, a presença e apoio do Prefeito Municipal, Asiel Bezerra de Araújo, compondo o dispositivo, além dos membros da comissão para revisão/adequação dos valores da planta genérica do município de Alta Floresta/MT, instituída pelo Decreto do Executivo Municipal nº 234/2018, de 30 de julho de 2018, senhores Diony Ferreira Lima, presidente; Hebertt Villarruel da Silva; Paulo Sérgio de Medeiros; observada a ausência dos membros Marcílio Zangelmi Júnior e Rosana Demartine Soares Moretti. Registra-se também a presença da Procuradoria Jurídica do Município, neste ato representada pela Dra. Naiara Rossa Morello, vereadores Luiz Carlos de Queiroz, Silvino Carlos Pires Pereira (Dida), Mequiel Zacarias Ferreira, Marcos Roberto Menin, Elisa Gomes Machado, Demilson Siqueira, Marineia da Silva Munhoz (Vice-prefeita), secretários municipais entre outros participantes, conforme registro de presença parte integrante desta ata. Cumprimentando e agradecendo a presença de todos, deu início a presente audiência, o assessor de imprensa do Legislativo Municipal, Sr. Lindomar Leal, o qual compôs o dispositivo. Saudando a todos, passou a palavra ao vereador presidente Emerson Machado. Usando da palavra, Emerson cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Falou que hoje era um dia muito especial, que gostaria de ver a casa cheia tal qual se encontrava, expressando sua felicidade pela presença, dizendo que isto era muito importante e que isto era de muita valia para o município. Em seguida a palavra foi dada ao Prefeito Municipal, Sr. Asiel Bezerra de Araujo, o qual cumprimentou a todos. Disse que na ocasião da sessão de terça-feira esteve na câmara, ocasião em que foi acordado a presente audiência. Disse que foi notificado pelo Tribunal de Contas do Estado quanto a necessidade de atualização da Planta Genérica do Município. Apresentou a comissão



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

responsável pela revisão da planta genérica, a qual estaria expondo a proposta a todos os presentes. Asiel falou também da notificação expedida pela Ministério Público. Fez mais algumas considerações, disse que via que a sociedade realmente estava participando das questões inerentes ao município, logo, transferindo a palavra ao responsável pela apresentação. Neste intermédio, o assessor de imprensa comunicou que a câmara havia disponibilizado um servidor para tomar nota das perguntas e sugestões que fossem dirigidas. Após uma breve discussão, com os participantes, de como seria a melhor forma de conduzir o debate, a palavra foi transferida ao apresentador da proposta e presidente da comissão de revisão, o sr. Diony Ferreira Lima, Coordenador de Planejamento da Prefeitura Municipal. Falou da forma como se deu a participação da comissão nesta audiência pública, ou seja, o entendimento com o poder legislativo municipal. Diony falou do procedimento de nomeação da comissão pelo prefeito municipal, expondo através de slides, usando de recurso de data-show e tela de projeção, o nome dos componentes. Diony justificou a ausência de alguns membros da comissão, em função de viagem. Prosseguindo, Diony falou que a planta genérica toma parte no código tributário, a Lei 1527-2006, dizendo que, desde então, tão somente foi corrigido anualmente os valores de acordo com o INPC. Disse ainda que a presente correção são somente alíquotas, nada mais. Diony fez menção também dos expedientes recebidos pelo Prefeito, cobrando a necessidade de atualização da Planta Genérica, com isto, instituindo a comissão como forma de resposta a estas cobranças. Disse que um debate já aconteceu em 26/09 do corrente, além disto, um debate com os vereadores. Outrossim, falou de um pronunciamento do Tribunal de Contas recente, inclusive a Prefeitura recebeu um formulário do Tribunal, de modo que apresentem informações sobre determinadas leis, entre outras, planta genérica. Prosseguindo, Diony, entre outros assuntos, falou da forma como a comissão procedeu com a revisão da planta genérica, entre outras, visitas nos bairros, averiguando imóveis que estavam anunciados vendas e conversando com os proprietários os valores mínimos da negociação, com isto, possibilitando chegar ao valores venais então propostos. Disse que pelo visto, poucas pessoas não tiveram acesso a proposta entregue no legislativo. Na sequência, expos uma



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

tabela, intitulada Anexo XII, da Lei Municipal 1527-2006, reajusta conforme INPC, a saber, Tabela de Valores (R\$) por metro quadrado de edificações e seus componentes básicos, tabela esta, constando do tipo (residência), padrões C, B, A e Area Central e principais eixos viários. Na sequência, apresentou uma outra tabela, contendo a proposta de ajuste. Em seguida, do mesmo modo, expos as tabelas inerentes aos valores atuais e propostos as edificações de padrão comercial. Continuando, deu-se a apresentação dos valores atuais e propostos as edificações de categoria mista, e, posteriormente industrial. Ato contínuo, Diony apresentou a(s) tabela(s) em vigor do valor do metro quadrado de terreno por padrão de localização por setor residencial, comercial e industrial, tabela(s) esta(s) contendo uma coluna do padrão (C, B, A e CENTRAL) e respectivas localizações, entre outras, todas demonstrando os valores em vigor e propostos, aos vários padrões estabelecidos. Neste intermédio, o Sr. Rodrigo Nezello fez um questionamento, no que refere-se a imóveis cuja edificações não são averbadas e o lançamento para efeito de declaração de imposto de renda e uma breve explanação acerca da proposta apresentada, seguido pelo Professor Bruno, este último indagando qual o índice utilizado para o cálculo, com que base chegou-se ao valor proposto até o exercício de 2023. Na sequência, a Sra. Cleide fez uso da palavra, questionando a forma como vinha sendo apresentado, sugerindo que teriam maior rendimento que fossem direto a prática. Usando da palavra, Diony brevemente respondeu as indagações. Neste intermédio, fez uso da palavra a advogada, Dra. Lourdes Volpe Navarro, a qual falou da desproporcionalidade da proposta em relação a um bairro que contém estrutura e outro que não contém, citando o bairro Santa Maria. Em seguida, retomou a pergunta o Professor Bruno, o qual tornou a perguntar qual o índice aplicado. Respondendo, Diony falou que não trata-se de índice, mas de atualização. Continuando, fez sua participação o Dr. Celso Oliveira, advogado, o qual fez algumas considerações e questionou o processo de tramitação, o prazo de realização da primeira audiência, questionou a forma de realização da presente audiência pública, entre outras colocações. Na sequência, Diony falou do processo de estudo e conclusão da proposta. Disse também que trouxe uma outra apresentação que o município de Alta Floresta está se igualando ao município de



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

Colider em termos de arrecadação. Retomando a apresentação, Diony apresentou um determinado imóvel que esta sendo comercializado a 183 mil reais e o valor venal constante do cadastro da prefeitura para efeito de lançamento de tributo e 23 mil reais. Em seguida, fez uso da palavra, o Sr. Paulo Moreira, o qual disse que ha muitos imóveis a venda que fogem da realidade, pois certamente ha muitos anos estão sendo comercializados, além disto, falou que a questão e aplicação dos recursos que nao vem sendo de acordo. Usou da palavra também, o sr. Sidney Oribes da silva, o qual fez uma breve participação e explanação. Participou também das discussões, o Sr. Luiz Jorge, o qual disse que, gostaria de saber quanto realmente gostaria o IPTU em 2023, fazendo suas indagações. Em seguida, Diony falou da disponibilidade de pessoal da Prefeitura presente no evento que poderiam fazer cálculos. Retomando a palavra, novamente Dr. Celso Oliveira indagou se haveriam mais audiências publicas ou somente esta, respondendo Diony que acreditaria que seria somente esta. Retomando, Dr. Celso Oliveira disse que a presente audiência nao poderia ter sido marcada, como forma de legitimar o procedimento, fazendo seus esclarecimentos a respeito. Diony falou que nao ha nada decidido, que era uma discussão e nao votação. Continuando, fez uso da palavra o advogado Dr. Vinicius Rezek, o qual coadunou com a pergunta do Professor Bruno, bem como com a forma de divulgação da presente audiência, frisando que watsapp nao era meio de publicação, fazendo mais alguns questionamentos e agradecendo a oportunidade. Participou também dos trabalhos, o empresário Sr. Wilson Marcos Bertolo, o qual indagou se haveria a possibilidade de se criar uma comissão composta por moradores, no mesmo momento da criação da comissão responsável, entre outras perguntas. Prosseguindo, Diony fez uma exposição de um determinado imóvel localizado no setor J, comparando um valor atualmente anunciado para venda e o valor venal atual para efeito e lançamento do IPTU, o qual o valor atual do IPTU em 2018 e 718.00 reais e a proposta este valor eleva em ate 2023 para 2.695,00 reais. Além disto, fez a comparação de outro imóvel, agora no Setor Industrial, quando o valor vai de 485 reais em 2018, para 1.396,00 em 2023. Ato continuo, Diony apresentou os cálculos de um determinado imóvel no bairro Jardim Panorama. Prosseguindo, Diony passou a



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

expor os valores lancados de IPTU por bairro e os valores de inadimplência. Outrossim, um outro dado importante apresentado foi um comparativo de arrecadação de Alta Floresta com outros municípios, em relação ao numero de habitantes. Concluída a apresentação, Diony oficialmente declarou aberta a fase das perguntas. Assim sendo, fez uso da palavra o Sr. David, o qual brevemente fez a sua colocação. Em seguida, utilizou da palavra a Vereadora Elisa Gomes, dizendo que realmente se preocupa bastante. Disse que, conforme anunciado pelo presidente da comissão, Sr. Diony, nao poderiam fazer uma planta genérica do município como foi feita. Questionou que nao era possível ter o seu bairro o Sao Jose Operario, na mesma condição de categoria B como o Residencial Hamoa. Entre outras considerações, falou que sabedora que Tribunal de Contas notificou a Prefeitura era necessário solicitar uma prorrogação aquela Corte, de modo que pudessem fazer justiça fiscal. Falou que nao era contra a planta genérica, com todo respeito a comissão, nao era possível fazer uma revisão a toque de caixa. Continuando sua fala, Elisa Gomes, falou da audiência feita ao tema pela Prefeitura, juntamente com a apresentação do quadrimestre fiscal. Na sequencia, fez uso da palavra a Sra. Katiane, Engenheira, a qual falou da forma como e feita o lançamento de valores, que existe uma tabela padrão concernente para todas as regiões. Falou também da existência de uma tabela SINAPE que era a base para todas as regiões, portanto, o lançamento nao se dava se qualquer forma, mas havia critérios. Prosseguindo, fez uso da palavra o Sr. Ademir de Petri, do Rotary Clube Alta Floresta, o qual, entre outros assuntos, questionou a divulgação da presente audiência, pois enquanto inserido em duas instituições de classe recebera o convite na data de ontem. Além disto, o sr. Ademir fez uma observação no que refere-se a valores apresentados, esclarecendo que além disto, havia a taxa de coleta de lixo, indagando se isto não aumentaria o índice de inadimplência. Na sequencia, novamente fez uso da fala, o sr. Vinicius Rezek, o qual fez referencia a fala da engenheira Katiane e teceu algumas considerações a respeito. Diony agradeceu a presença e a participação do Rotary, através do Sr. Ademir. Participou também do debate, o Sr. Marcos, o qual fez sua pergunta em relação a investimentos. Fez menção as Contas reprovadas pelo Tribunal de Contas, indagando se os recursos com o aumento

fl. 5 de 9



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

do IPTU realmente seriam aplicados. Fez uso da fala, o Prefeito Asiel, o qual disse que Contas aprovadas deve-se em razão do índice de folha de pagamento, que atingiu 54,75%. Disse que se houvessem arrecadação realmente estaria abaixo do índice de folha permitido. Na sequencia, fez uso da palavra a professora Solange Arollho, dizendo que ficou sabendo a presente audiência, via redes sociais e que, oficialmente, o convite chegou a instituição que atua somente a um determinado departamento. Logo, passou a fazer as suas considerações, falou que mora no Jardim Universitário e pontuou a inúmeras necessidades do local. Entre outras colocações, pontuou que a inadimplência certamente prosseguiria. Frisou ainda, que o valor da arrecadação apresentada trata-se apenas de IPTU, observando que existem inúmeras outras arrecadações, concluindo a sua fala. Continuando os trabalhos, fez uso da palavra o Sr. Paulo, membro da comissão de revisão, o qual disse que alguns questionamentos da professora Solange nao condiz com a discussão. Continuando, Paulo disse que pode provar que podem provar que alguns fatores são rigorosamente computados para efeito do calculo, que houve um recadastramento sim. Falou das alíquotas estabelecidas para terrenos baldios. Retomou a pergunta, a professora Solange, a qual novamente tornou a perguntar o porque de ela, moradora do Jardim Universitário, pagar mais IPTU que um morador do Setor E, sendo respondido pelo membro da comissão o Sr. Paulo, o qual disse que estava a disposição para averiguar a situação da mesma no sistema da prefeitura. Usando da palavra, Diony disse que estão num eixo de desenvolvimento, passaram pela fase da usina e agora o agronegócio, pedindo que olhassem para o município. Diony disse que falar que nao houve divulgação ele nao concordava, frisando que as redes sociais elegeu o presidente da republica. Novamente fez uso da palavra, o advogado, Dr. Celso Oliveira, o qual disse que e inadmissível a continuidade da presente audiência publica, pois ninguém concordava como o processo vinha sendo conduzido, disse também que nao era justo as pessoas virem, participar e achar que isto mudaria alguma coisa, pedindo que respeitassem os participantes. Em seguida, fez uso da fala a Procuradora Juridica do município, Dra. Nayara, a qual entre outros assuntos, falou de que a legislação não exige a realização de audiência ao presente caso, e que, portanto,

fl. 6 de 9



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

atuaria em defesa de qualquer situação neste sentido de ilegalidade. Retomou a fala, o Sr. Wilson Bertolo, o qual disse concordar com a exposição ate então trazida, porem, fez um questionamento a respeito dos lotes adquiridos quando da desafetação das áreas verdes e, questão judicial entre o município e a colonizadora por longos anos. Na sequencia, Dra. Naiara explicou a respeito da indagação do Sr. Wilson, especificamente, a respeito dos procedimentos de regulamentação aos proprietários que possuem imóveis nas áreas verdes desafetadas, que dependem de uma deliberação de um projeto de lei pela câmara e, posteriormente, a devida homologação. Em seguida, fez uso da palavra o Sr. Edemar Savariz, o qual falou de sua situação enquanto contribuinte, fez menção dos valores que paga atualmente e, quanto pagara em 2023, o que atingira o percentual de 569%. Na sequencia, o Sr. Paulo, membro da comissão de revisão, fez algumas indagações ao Sr. Edemar e, logo, esclareceu o mesmo respeito. Na sequencia, o vereador Dida Pires também fez uso da palavra, dizendo que ele foi um dos que pediu a realização do presente evento. Disse que a presente proposta era preciso tramitar com muita tranquilidade, ampliar as discussões, reverem as alíquotas e discutirem no próximo exercício. Na seuqencia, Emerson disse que a presente audiência nao esta sendo realizada pela Prefeitura, disse discordar com a colocação do advogado Dr. Celso Oliveira quando questiona que nao foi divulgado, disse que fez convites, gravou nas rádios, nas tvs, fez faixas, colocou som de rua e também nas redes sociais, então foi divulgado sim. Falou que, enquanto contribuinte, pagaria um preço justo pelo seu município. Falou que quem propôs a audiência foi a câmara e, que, se necessitasse de outro evento, do mesmo modo o faria. Em seguida, fez uso da palavra o advogado, Dr. Quintela, o qual disse discordar quando falava que não altera-se o Código Tributário. Questionou o expresso no Decreto Executivo e a proposta trazida no presente projeto de lei, dizendo entre outros, que o projeto fere o principio da progressividade. Disse que da forma como presente projeto esta caminhado, certamente, será resultado de inúmeras ações, apresente sua sugestão. Em seguida, fez uso da palavra o empresário Jaime, da Expresso Pneus, o qual agradeceu o Diony pela explanação, disse que o problema e falar de aumento de imposto no presente momento, fim de ano. Continuando, disse que nunca houve

fl. 7 de 9



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

interesse em vir a câmara e que, hoje, ficava feliz em vir e ver a casa cheia. Disse que e preciso entender que para a pessoa que e assalariado, e preciso uma reorganização do cidadão no caso de aumento de IPTU, que sera preciso cortar na carne. Mas que, do mesmo modo, via 13 (treze) vereadores com muita experiencia que era preciso cortar na carne também. Falou que mora no Setor C e que realmente o valor que pagava pelo IPTU era relativamente baixo, algo em torno de 600 reais. Disse que teve a oportunidade de pedir asfalto para a sua rua e que, os secretários municipais Reinaldo de Souza (Lau) e Eloi Almeida falaram da impossibilidade de atender. Disse que ficou triste, porem mobilizou os moradores e fez a obra. Disse que pensou a respeito, e que conforme o repasse da câmara, algo em torno de 500 mil reais, os vereadores poderiam pensar a respeito a ajudarem o prefeito na sua administração. Na sequencia, fez uso da palavra, o Sr. Evandro, o qual disse que nao faria perguntas, mas algumas considerações importantes. Disse que averiguou em vários municípios e Alta Floresta e o único lugar onde um mês de aluguel e mais caro que o valor do IPTU. Parabenizou o presidente, vereador Emerson pelo evento. Apoiou a administração pela apresentação do projeto. Divulgação, disse que, mesmo estando em Cuiaba, ficou sabendo do presente evento. Fez mais algumas considerações e disse que e isso mesmo, pensar grande, agradeceu a oportunidade. Neste intermédio, determinado participante também fez suas considerações, conclamando que possa fazer valer o que a população esta pedindo. Seguidamente, Emerson Machado, falou que, do mesmo modo, esta insatisfeito com a administração, porém, a justificativa era de que a arrecadação estava baixa. Entre outras considerações, disse que se fosse possível abaixar a alíquota e tivesse condições, a câmara estava a disposição para realizar novas discussões. Disse também que era favorável a cobrança de IPTU justo. Continuando, disse que o projeto nao vai a votação na terça-feira, pois estava nas comissões ainda. Disse que projeto estava sendo analisado com muita responsabilidade, que, inclusive, houve reunião na câmara com empreendedores, donos de loteamentos e, que, estes concordavam com a proposta. Para finalizar Emerson Machado, agradeceu a presença de todos, da Prefeitura, da equipe técnica, dos colaboradores do Poder Legislativo, enfim, a todos que de uma

fl. 8 de 9



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

certa forma ou outra colaboraram para a realização deste grandioso evento. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a proteção de Deus e a presença de todos, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Audiência Pública às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, qual eu, José Tito dos Santos, secretariei e registrei a presente que, após lida e aprovada, segue assinada. Alta Floresta, Mato Grosso, Câmara Municipal de Alta Floresta, em 07 de dezembro de 2018.